



MERIDIANO – Revista de Geografía. número 4. 2015 – versión digital.

<http://www.revistameridiano.org/>

NEOLIBERALISMO: a crise do capitalismo

Zeno Soares Crocetti*

Resumo

O objetivo desse texto é interpretar o impacto da Crise estrutural do Capitalismo, sua reestruturação seus avanços e retrocessos a partir de análises teóricas e concretas sobre a globalização, neoliberalismo e a sociedade do futuro, ainda que represente um resultado preliminar de uma pesquisa mais ampla sobre o funcionamento dos grandes capitais na estruturação do território.

A análise é desenvolvida valendo-se, principalmente, das reflexões e categorias de análises de Marx, Kondratieff, Schumpeter, Santos, Rangel, Chandler, Losurdo, Kaplan, Wood e Piketty, principalmente. Procurou-se então lançar elementos para uma discussão das bases do funcionamento do território a partir de dados macro econômicos que espacializam o funcionamento na economia no território.

Palavras-chave: Neoliberalismo; Território; Globalização; Geografia Econômica.

Abstract

The aim of this paper is to interpret the impact of the structural crisis of capitalism, restructure its advances and setbacks from theoretical and practical analysis on globalization, neoliberalism and the society of the future, even though it represents a preliminary result of a broader research the operation of big capital in structuring the territory.

The analysis is developed making use mainly of reflections and categories of Marx's analysis, Kondratieff, Schumpeter, Santos Rangel, Chandler, Losurdo, Kaplan, Wood and Piketty,

* Professor adjunto da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA), Foz do Iguaçu, Paraná.
Correio eletrônico: zeno.crocetti@unila.edu.br

mostly. It tried then launch elements for a discussion of the bases of functioning of the territory from macro economic data that spatialize operation in the economy in the territory.

Keywords: Neoliberalism; Territory; Globalization; Economic Geography.

Introdução

A força que mantém unida a sociedade e o Estado, que, de modo geral, representa os interesses das classes dominantes e reprime a classe explorada. A escravidão humana, que se desenvolveu com a civilização, marcou a primeira grande divisão da sociedade em uma classe explorada e outra que era exploradora.

A ambição mais vulgar tem sido a força que move a civilização, desde seus primeiros dias até o presente. O objetivo básico desta ambição é a eterna busca da riqueza material, mas não é riqueza para toda a sociedade, e sim, para tal ou qual indivíduo. Como a civilização se baseia na exploração de uma classe por outra, cada progresso na produção é um retrocesso na condição da imensa maioria. Cada benefício para uns é necessariamente um prejuízo para outros (MARX; ENGELS, 1981, p. 35).

Vivemos nesse início de milênio alterações econômicas e geopolíticas que refletem as rápidas e imprevisíveis transformações do Sistema Financeiro mundial das últimas décadas, que configuram uma crise Estrutural do Capitalismo. Também uma crise de paradigmas, uma vez que se colocam em dúvidas os modelos e as teorias que tentam compreender e explicar a globalização e sua crise, principalmente quando se usa modelos orientados pela lógica do mercado.

Transformações cuja feição ainda se encontra completamente indefinida. Diante dessa complexidade iremos fazer uma interpretação da *Crise Estrutural do Capitalismo*, também chamada de *Crise Financeira* ou ainda *Crise do Neoliberalismo*.

Durante as últimas três décadas (1984-2014) a revolução da tecnologia da informação fez surgir um novo tipo de capitalismo, confirmando sua fase superior o imperialismo, que é profundamente diferente daquele da 1ª revolução industrial ou daquele que emergiu após a segunda guerra carregado de ideologia de extermínio (Guerra Fria e Corrida Armamentista).

Para o Neoliberalismo suas características fundamentais são; O centro dinâmico de suas atividades econômicas é global, a principal fonte da sua produtividade e competitividade é a inovação, geração de conhecimento e processamento de informação e está estruturado amplamente em redes de fluxo financeiro.

Este novo modelo de capitalismo global foi divulgado como nova economia ou neoliberalismo, e teve suas estruturas abaladas com as sucessivas crises, fruto de inúmeras

manipulações financeiras causando uma profunda ruptura moral, que desencadeou no mundo movimentos sociais que buscam uma nova reestruturação social e moral do mundo.

Uma das crenças do neoliberalismo é que os países pobres deveriam se concentrar na produção de um pequeno e especial grupo de mercadorias para exportação, com intuito de obter divisas e deveriam importar grande parte das demais commodities. Esta ênfase na exportação levou a periferia do sistema a uma crise econômica e social no final do século XX, sua reestruturação iniciou um novo período histórico, que Milton Santos denominou de Período Popular da História junto com sua parceira teórica professora Maria Adélia.

O objetivo dessa pesquisa é interpretar o impacto da Crise Geral do Capitalismo, sua reestruturação seus avanços e retrocessos a partir de análises teóricas e concretas sobre a globalização, neoliberalismo e a sociedade do futuro, ainda que represente um resultado preliminar de uma pesquisa mais ampla sobre o funcionamento dos grandes capitais na estruturação do território.

A análise é desenvolvida valendo-se, principalmente, das reflexões e categorias de análises de Kondratieff, Schumpeter, Santos, Rangel e Chandler principalmente. Procurou-se então lançar elementos para uma discussão das bases do funcionamento do território a partir de dados macro econômicos que espacializam o funcionamento na economia no território.

O Espaço Geográfico concebido como um cimento de objetos mediados pelas práxis social. Como diria Milton Santos, são formas híbridas/técnicas que constituem o território usado, a periodização serve para espacializar e desvendar as técnicas, o meio político, artífice do espaço, mediado pelo Estado, pelas corporações, que projetam o novo, ocultando o velho.

1. Historicidade

Nesse estudo vamos interpretar as transformações da Economia Internacional pós crise do petróleo de 1973-1978 e seus desdobramentos, através da teoria dos ciclos longos de Kondratieff. Primeiramente vamos explicar a formulação da teoria, e sua atualidade inspirado da Crise Estrutural do Capitalismo atual.

A chamada “crise estrutural” pode ser assim definida: o uso da Mais-valia relativa (uso de maquinário para aumentar a produtividade) reduz cada vez mais o trabalho (a “substância do valor”) na produção das mercadorias, fazendo assim os lucros do capital tem

cada vez menos “substância”. Marx em *O Capital*, também denominou este fenômeno de “queda tendencial da taxa de lucros”.

Desde que o trabalho, na sua forma imediata, deixou de ser a grande fonte da riqueza, o tempo de trabalho deixa, e tem que deixar, de ser a sua medida, e o valor de troca deixa também de ser a medida do valor de uso. O trabalho excedente da massa deixou de ser condição para o desenvolvimento da riqueza social, assim como o não trabalho de poucos deixou de ser a condição do desenvolvimento dos poderes gerais do intelecto humano. Por essa razão se desmorona a produção baseada no valor de troca, e o processo de produção material imediato perde também a forma da miséria e do antagonismo. Ocorre então o livre desenvolvimento da individualidade. [...] O capital é uma contradição em processo, pelo fato de que tende a reduzir o tempo de trabalho ao mínimo, enquanto, por outro lado, põe o tempo de trabalho como única medida e fonte da riqueza. [...] As forças produtivas e as relações – simples faces diferentes do desenvolvimento do indivíduo social – aparecem ao capital unicamente como meios para produzir a partir de sua base limitada. Mas, de fato, são estas condições materiais que fazem explodir esta base (MARX, 1980, *passim*).

Não era numa cidade capitalista, mas em um grande centro industrial e comercial, onde os homens aplicavam seus lucros de volta nos negócios, não brincavam com eles, e onde todos esperavam nunca ter de pedir emprestado a bancos. Nenhum industrial gostava de ficar à mercê de credores. Mas às vezes precisavam fazê-lo. Krupp cresceu tão rapidamente entre 1855 e 1866 que ficou sem capital.

Há um elegante modelo histórico, segundo o qual quanto mais atrasada a economia e quanto mais tardio o início da industrialização, maior a dependência nos métodos de mobilização de recursos e poupança em larga escala. Nos países desenvolvidos ocidentais, recursos privados e mercado de capital eram bastante adequados (HOBSBAWM, 1989, p. 223).

Na Europa central, os bancos e instituições similares tinham que atuar muito na qualidade de sistemáticos “desenvolvedores” da história.

Mais a Leste, Sul e além-mar, os governos tinham que apoiarem-se em si mesmos, geralmente com a ajuda de investimento estrangeiro, fosse para garantir capital ou, talvez mais corretamente, fazer com que os investidores tivessem seus dividendos garantidos (ou pelo menos pensassem que tinham), dividendos que iriam sozinhos mobilizar o dinheiro.

Essa nova reestruturação do capital pós a transição pela via Prussiana na Alemanha, alicerçada na estratégia da recém-revolução industrial alemã de investir maciçamente na educação e qualificação para estabelecer vantagens comparativas e competitivas, no recente Capitalismo Concorrencial, talvez seja a principal determinação do sucesso Alemão, tese reforçada por Hobsbawm (1989).

1.1. Hobsbawm: Os militares e o capitalismo Alemão do Século XIX

Fosse qual fosse a validade da teoria de Marx, não há dúvida de que entre 1848-1875, bancos (e instituições similares) tinham um papel muito mais relevante como atores do desenvolvimento e direção da indústria na Alemanha, o grande e recém-chegado industrial, mais do que em qualquer outro país no Ocidente. Se eles apenas pretendiam – como os *crédits mobiliers* – ou se eles eram realmente, eficazes no papel, é outra questão, ainda um pouco obscura. Provavelmente eles não eram particularmente preparados para tal, até que os grandes industriais, então reconhecendo a necessidade de um financiamento mais robusto e elaborado do que em tempos anteriores, colonizaram os grandes bancos, como fizeram de forma crescente na Alemanha a partir da década de 1870.

As finanças não afetaram muito a organização dos negócios, mas talvez tenham influenciado na sua política. O problema da direção era mais complicado. Para o modelo básico da empresa individual ou em mãos de uma única família, a autocracia patriarcal familiar, este era um problema irrelevante nas indústrias da segunda metade do século XIX.

“O melhor aprendizado é aquele proporcionado pela palavra que sai da boca”, dizia um manual alemão em 1868, “deixem o empreendedor dar o exemplo por si mesmo, onipresente e sempre acessível, cujas ordens sejam reforçadas pelo exemplo pessoal que seus empregados têm constantemente diante dos olhos” (HOBSBAWM, 1989, p. 224).

Este conselho, adequado a artesãos ou fazendeiros, era válido na medida em que a instrução era um aspecto essencial da gerência nos novos países em vias de industrialização.

Hobsbawm (1989) elabora que até mesmo homens com conhecimentos básicos de artesãos (preferentemente em metais) precisavam aprender a habilidade do trabalhador especializado de fábrica. A grande maioria dos trabalhadores especializados dos Krupp demonstrava ter sido treinado no trabalho desta maneira. Somente a Inglaterra podia contar com empreendedores que dispunham de suprimentos de operários deste nível, que já tinham experiência industrial. O paternalismo de tantos empreendimentos no continente devia alguma coisa a esta longa associação entre os trabalhadores e as firmas onde tinham crescido e de onde dependiam.

Mas os senhores dos trilhos, minas e siderúrgicas não podiam olhar paternalmente por cima dos ombros de seus operários o tempo todo, e certamente não o fizeram.

A alternativa e complemento à instrução era o comando. Mas nem a autocracia da família nem as pequenas operações da indústria especializada e comércio supriam a necessidade de direção para as grandes organizações capitalistas. Portanto, a

iniciativa privada na sua forma mais irrestrita e anárquica tendeu para os únicos modelos disponíveis de gerência em grande escala, o militar e o burocrático (HOBSBAWM, 1989, p. 224).

As companhias de estradas de ferro, com suas pirâmides de trabalhadores uniformizados e disciplinados, possuindo segurança de trabalho, promoção por antiguidade e até mesmo pensões, são um exemplo extremo. O apelo exercido pelos títulos militares, que ocorria livremente entre os primeiros executivos ingleses de estradas de ferro e os executivos dos grandes portos, não era apenas devido ao orgulho em relação às hierarquias de soldados e oficiais (como era o caso dos alemães), mas à inabilidade da iniciativa privada em determinar uma forma específica de gerência para os grandes negócios. Havia vantagens evidentes do ponto de vista organizacional. Não resolvia o problema da manutenção do trabalho de forma leal, diligente e modesta.

Tudo estava muito bem para países onde uniformes estavam na moda – e eles certamente não estavam na Inglaterra e nos Estados Unidos –, encorajando entre os trabalhadores as virtudes militares dos soldados, e entre elas sem dúvida a de ser mal pago.

1.2. Como o modelo ruiu no final do século XX

Como a experiência da Alemanha de enquadrar o Setor Financeiro e colocá-lo a serviço do Estado, e ter criado políticas públicas que regularam do Setor Financeiro foi deixado de lado no Centro do Capitalismo, principalmente nos EUA, sendo essa farra responsável pelo colapso de 1929, depois a II Guerra Mundial. O mundo recuperou o juízo no pós Guerra com a implantação do modelo Keynesiano que foi aos poucos abandonado pelos EUA e Europa Ocidental.

O conflito empregador-empregado é uma das possíveis causas da crise e contribuiu para o colapso capitalista global de hoje. Na década de 1970, os empregadores descobriram um meio de travar a lenta ascensão em longo prazo dos salários reais dos seus funcionários. Através da deslocalização de empregos além-mar para aproveitarem-se dos salários mais baratos, da atração das mulheres estadunidenses para a força de trabalho, da substituição de trabalhadores por computadores e outras máquinas, e da entrada de imigrantes de baixos salários, os empregadores rebaixaram os salários dos seus funcionários mesmo quando eles produziam cada vez mais mercadorias para venda. Os resultados eram previsíveis. Por um lado, os lucros das companhias subiam (afinal de contas, os trabalhadores produziam cada vez mais sem receberem mais por isso). Por outro lado, após uns poucos anos, os salários estagnados dos trabalhadores demonstraram-se insuficientes para permitir-lhes comprar a

crescente produção do seu trabalho. Dada a forma como o capitalismo funciona, empregadores incapazes de vender tudo o que produzem despedem os seus próprios funcionários.

Então, na década de 1970, assomou a crise do petróleo associada a crise do balanço de pagamentos (empréstimos) quando uma recessão atingiu-o duramente sistema. Mas aquela crise foi curta porque o capitalismo dos EUA descobriu um meio de adiá-la: endividamento maciço, guerra nas estrelas, etc. Uma vez que os empregadores tinham êxito em impedir os salários de ascenderem, o único meio de vender a produção sempre em expansão era emprestar aos trabalhadores o dinheiro para comprar mais. Corporações investiram seus lucros em crescimento na compra de novos títulos apoiados por hipotecas, empréstimos para automóveis e cartões de crédito dos trabalhadores. Os possuidores de tais títulos estavam, portanto aptos a receber porções dos pagamentos mensais que os trabalhadores faziam sobre aqueles empréstimos. Com efeito, os lucros extras feitos com a manutenção dos salários dos trabalhadores em baixo nível agora duplicavam direitos para os empregadores, que ganhavam substanciais pagamentos sob a forma de juros ao emprestarem parte daqueles lucros de volta aos trabalhadores.

O adiamento da solução para a crise da década de 1970 apenas preparou o caminho para uma ainda maior. Os florescentes empréstimos ao consumidor nas décadas de 1980 e 1990, e desde 2000, especialmente no desregulamentado mundo financeiro de Reagan, Bush e Thatcher, provocaram excessos selvagens motivados pelo lucro e também corrupção (a “bolha” do mercado de ações e a seguir a “bolha” imobiliária). Isto também carregou milhões de estadunidenses com dívidas insustentáveis. Por volta de 2006, a maior parte dos extenuados mutuários – “sub-prime” – já não podia pagar mais o que deviam. Este castelo de cartas começou então a sua espiral de descida.

A competição entre empresas também contribuiu para esta crise. Quando alguns bancos tiveram grandes lucros apressando-se a emprestar aos trabalhadores, outros concorrentes temiam que aqueles bancos utilizassem tais lucros para superá-los competitivamente. De modo que eles também correram para o “empréstimo ao consumidor”. No Brasil até loja de departamento e montadoras abriram bancos para financiamento e empréstimos.

Para levantar o dinheiro a fim de efetuar tão lucrativos empréstimos aos trabalhadores, os prestamistas fizeram uma utilização expandida de novos tipos de instrumentos financeiros, principalmente títulos apoiados pelas obrigações de dívidas dos trabalhadores (títulos cujos possuidores recebiam porções das prestações dos empréstimos dos trabalhadores). Os bancos

e financeiras dos EUA venderam estes títulos no globo todo para mobilizar todo o dinheiro disponível. O mundo todo então foi arrastado para a dependência de um redemoinho: o capitalismo de cassino estadunidense bancou o poder de compra dos seus trabalhadores com empréstimos custosos porque ele já não elevava mais os seus salários. As companhias concorrentes de classificação (*Fitch, Moody's, Standard and Poor* etc.) avaliaram cretinamente os perigos destes títulos. Estas companhias competiam pelo negócio de prestamistas que precisavam de altas classificações para vender os títulos apoiados por dívidas. Prestamistas privados e públicos de todo o mundo competiam uns com os outros pela compra de títulos apoiados pela dívida dos EUA porque os mesmos eram classificados como quase sem riscos e ainda pagavam altas taxas de juro.

A competição empresarial e os conflitos empregador-empregado – ambos componentes nucleares do capitalismo – foram às causas principais da “crise financeira” de hoje. Nos EUA, como medida desesperada para salvamento do sistema, autoridades e governo negociaram com democratas e republicanos e apresentaram um salvamento público, governamental, que proposto pelo secretário do Tesouro Paulson e pelo presidente do FED Bernanke, mais, não se tratou nem do problema dos salários estagnados nem aquele da competição. Ao invés disso, o salvamento proposto planejou “consertar” a crise financeira com o lançamento de vastas somas de dinheiro aos grandes especuladores prestamistas na esperança de que eles retomassem os empréstimos e assim puxassem a economia para fora da crise. Uma vez que esta “solução” ignora os problemas subjacentes da economia capitalista, suas perspectivas de êxito foram um fiasco.

Nenhum questionamento, quem dirá desafio, ao papel do capitalismo é concebível para os líderes dos EUA. Muito pelo contrário, suas “políticas” objetivam principalmente a preservação do capitalismo – em grande medida pela manutenção da sua responsabilidade pela crise atual fora do debate público e, portanto longe da ação política. Mas esta crise, como muitas outras, levanta o espectro de Marx, a sombra do capitalismo, mais uma vez. As duas mensagens básicas do espectro estão claras: (i) a crise financeira de hoje decorre dos componentes nucleares do sistema capitalista e; (ii) resolver realmente a crise atual exige a mudança daqueles componentes a fim de mover a sociedade para além do capitalismo.

Finalizando, é possível que essa crise vá acelerar a corrida tecnológica porque está demonstrado que aqueles que ficarem esperando excessivamente vão ficar para trás. Podemos demonstrar, por exemplo, o caso dos trens de alta velocidade os Estados Unidos estão imensamente atrasados. Eles não são exemplo para ninguém.

A questão da revolução tecnológica é uma questão da qual não se escapa. Isso não é uma coisa que se possa controlar ou deixar de controlar. São leis do capitalismo. O capitalismo quando entra num período depressivo é obrigado a procurar novas fórmulas de lucratividade. E uma delas são tecnologias novas. Então, dá para dizer que o fordismo já acabou, foi substituído pelo toyotismo. É possível dizer que a segunda revolução industrial já acabou ela está sendo substituída pela terceira. Então, é um fenômeno inexorável — não é coisa que para ser a favor ou contra.

2. Uma interpretação cíclica

Interpretar esse quebra-cabeça a partir, por exemplo, dos ciclos de média duração, ou aqueles de tendências estruturais de longa duração. A economia-mundo capitalista teve, durante vários séculos, formas de vai-e-vem cíclico. O que iremos usar são os chamados ciclos de Kondratieff, que historicamente teriam uma duração de 48-60 anos aproximadamente.

De acordo com a formulação de Kondratiev, cada ciclo tem uma fase de ascensão e declínio. A dinâmica interna dos ciclos (chamado de ciclo de Kondratieff depois dos estudos dele) é baseada no princípio de flutuações, no mecanismo de acumulação, concentração, dispersão e desvalorização do capital como um fator chave para o desenvolvimento do mercado capitalista da economia.

Além disso, sua interpretação do desenvolvimento da crise do capitalismo indicou que essa regularidade cíclica vai existir enquanto o modo de produção capitalista persistir.

Cada nova fase do ciclo é pré-determinado com acúmulo de fatores da fase anterior, e cada novo ciclo está seguindo o precedente tão naturalmente como uma fase de cada ciclo após o outro. No entanto, ele tem que ser entendido separadamente, pois cada novo ciclo surge com especiais e novas condições históricas, e se desenvolve num novo nível das forças produtivas e, portanto, não é uma simples repetição do ciclo anterior (KONDRATIEFF, 2010; p. 12-17).

Portanto não se trata de uma repetição simples de uma crise anterior, como muitos pesquisadores vêm repetindo, mas, de novas condições históricas que o processo capitalista criou (KONDRATIEFF, 2010; p.12-17).

Para fundamentar sua teoria, Kondratieff procurou examinar o comportamento de variáveis econômicas e sua dinâmica, efetuando, ao longo dos anos, a análise do movimento

médio das séries e indicadores de preços e mercadorias. Tais como taxas de juros, investimentos dos bancos, salários dos trabalhadores em atividades agrícolas e industriais, alterações populacionais, importação e exportação, depósitos e poupanças bancárias, total de comércio exterior, consumo e produção de carvão e petróleo; produção de ferro gusa; produção de cereais por acres e produção líder. Nestes ciclos a fase de expansão é caracterizada por superinvestimentos em bens de capital e, na fase de depressão, por um processo de depreciação. Ver teorização esboçada na Figura 1.

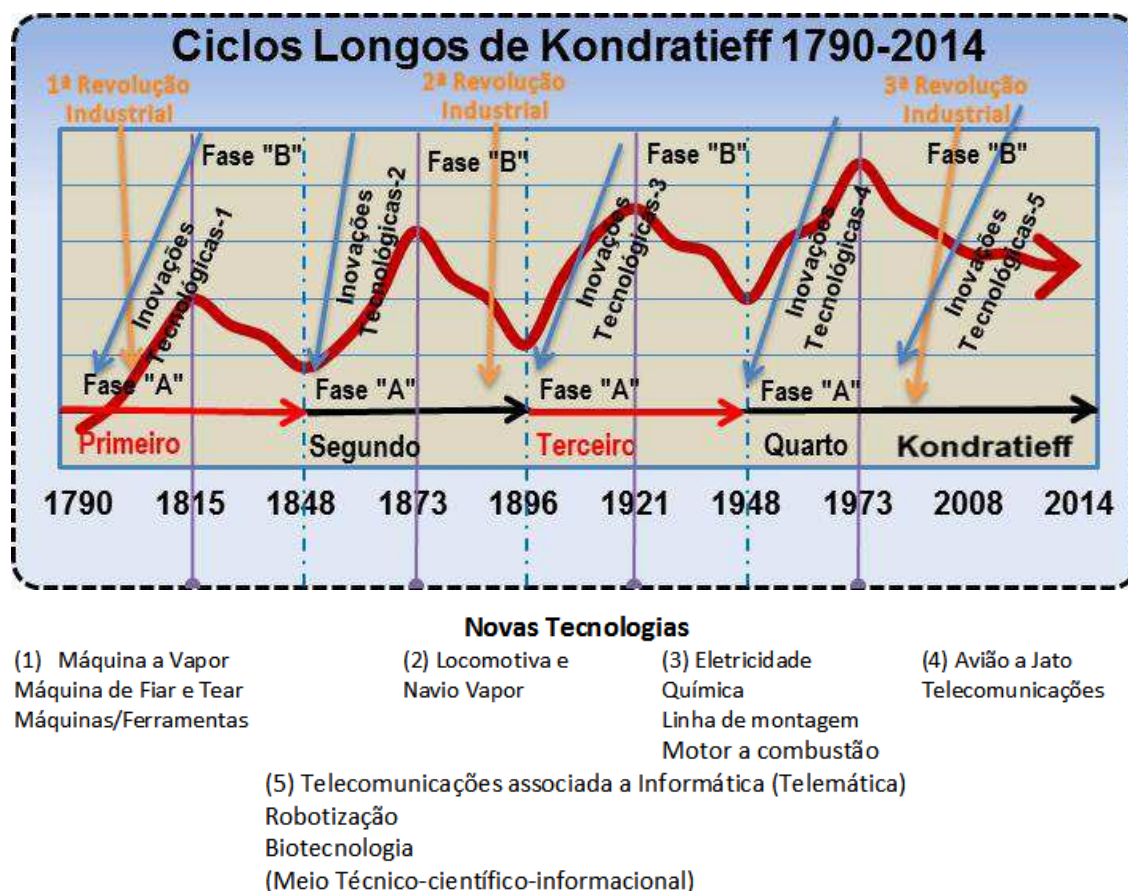


Figura 1. Gráfico de Kondratieff

Fonte: Elaboração própria, a partir das médias trienais do crescimento econômico mundial, disponíveis em Mamigonian (1987, p. 63-71) e Rangel (1990, p. 33-35).

Modificações nas técnicas têm sem dúvida um papel muito influente sobre o curso do desenvolvimento do capitalismo. Mas ninguém provou que elas têm uma origem acidental e externa. Modificações nas técnicas de produção presume (1) que relevantes descobertas e invenções científicas foram feitas, e (2) que é economicamente viável usá-las. Seria um erro óbvio negar o elemento criativo das descobertas e invenções científico-técnicas. Mas de um ponto de vista objetivo, ocorreria ainda um grande erro se alguém acreditasse que a direção e a intensidade destas descobertas e invenções fossem meramente acidentais; é muito mais provável que a direção e a intensidade sejam uma função das necessidades da vida real e do desenvolvimento precedente da ciência e da técnica. Invenções científico-técnicas

por si mesmas, portanto, são insuficientes para trazer uma mudança real na técnica de produção. Elas podem se manter inativas tanto quanto as condições econômicas favoráveis de suas aplicações estiverem ausentes. Isto está revelado no exemplo das invenções científico-técnicas do século XVII e XVIII que foram usadas em larga escala somente durante a revolução industrial e início do século XVIII. Se isto é verdade, então a suposição de que as modificações técnicas são de caráter aleatório e não de fato a fonte nascente de necessidades econômicas perde o seu peso. Nós vimos antes que o desenvolvimento das técnicas em si é parte do ritmo das ondas longas (KONDRATIEFF, 2010; p. 35-36).

Para a determinação dos anos de tais tendências, ele concluiu que os limites destes ciclos podiam, todavia ser representados como sendo as variáveis de 40 a 60 anos aproximadamente, e estabeleceu um gráfico mais provável dos ciclos (vide Figura 1).

Ao examinar a natureza dos longos ciclos, do ponto de vista das modificações nas técnicas de produção, Kondratieff observou que as regularidades do processo ajudam a estabelecer algumas regras empíricas para o movimento das longas ondas. E dentro desta perspectiva, em um curto, mas importante trecho, Kondratieff revelou o papel das modificações nas técnicas nos longos ciclos:

Para Schumpeter (1984; p. 62-77) – economista e professor de Harvard –, que desenvolveu a teoria da Inovação, interpretou que os longos ciclos resultam da conjugação ou da combinação de inovações, e cria um setor líder na economia, ou um novo paradigma, ou inovação tecnológica que impulsiona o crescimento rápido desta economia. Este setor promove, antes de consolidar a sua hegemonia, uma avalanche de transformações e de destruições criativas, para ele a crise geral do capitalismo é também fruto do esgotamento tecnológico, ou seja:

O Capitalismo, então, é, pela própria natureza, uma forma ou método de mudança econômica, e ele nunca pode estar estacionário. E tal caráter evolutivo do processo capitalista não se deve meramente ao fato de a vida econômica acontecer num ambiente social que muda e, por sua mudança, altera os dados da ação econômica; isso é importante e tais mudanças (guerra, revoluções e assim por diante) frequentemente condicionam a mudança industrial, mas não são seus motores principais. Tampouco se deve esse caráter evolutivo a um aumento quase automático da população e do capital ou dos caprichos dos sistemas monetários, para os quais são verdadeiras exatamente as mesmas coisas. O impulso fundamental que inicia e mantém o movimento da máquina capitalista decorre de novos bens de consumo, dos novos métodos de produção ou transporte, dos novos mercados, das novas formas de organização industrial que a empresa capitalista cria [...]. A abertura de novos mercados – estrangeiros ou domésticos – e o desenvolvimento organizacional, da oficina artesanal aos conglomerados [...], ilustram o mesmo processo de mutação industrial [...] que incessantemente revoluciona a estrutura econômica a partir de dentro, incessantemente destruindo a velha, incessantemente criando uma nova. Esse processo de Destruição Criativa é o fato essencial do capitalismo. É nisso que consiste o capitalismo e é aí que têm de viverem todas as empresas capitalistas (SCHUMPETER, 1984; p. 112-113).

A tese marxista do “*lumpen proletariado*”, proletariado esfarrapado, que não consome e provoca a saturação do mercado dos mais ou menos ricos continua válida. A diferença relativa ao Século XIX é que agora a situação é global, e são os ricos que estão com os mercados saturados.

Estamos a caminho do período de recessão/estagnação. Não dá para dizer que haverá uma depressão profunda da economia, tampouco que um grande conflito armado vai fechar esta fase. Embora possamos interpretar que talvez o sistema se autorregulou, com guerras pontuais na periferia do sistema (Afeganistão, Iraque, Líbia, Irã, Palestina/Israel, Ucrânia/Rússia/EUA, entre outras). Posso estar errado, evidentemente. Embora a onda dos ciclos de crescimento e depressão da economia se encaixe com exatidão. Alguns analistas sugerem que o ciclo deve ser corrigido pela expectativa de vida da população – se ela se alonga também o ciclo cresce.

Considerações finais

Lênin uma vez observou que a política é economia concentrada. É a pedra angular do materialismo histórico que, em última análise, a viabilidade de qualquer sistema socioeconômico depende da sua capacidade de desenvolver os meios de produção. Isso já foi explicado por Marx em sua Introdução à Crítica da Economia Política. Marx explica a relação entre as forças produtivas e da “superestrutura”, como segue:

Na produção social que os homens carregam em que eles entram em relações determinadas, necessárias, independentes da sua vontade; estas relações de produção correspondem a um estágio definido de desenvolvimento dos seus poderes de material de produção [...]. O modo de produção da vida material determina o caráter geral dos processos sociais, políticos e espirituais da vida. Não é a consciência dos homens que determina sua existência, mas, pelo contrário, sua existência social [que] determina sua consciência (MARX, 1988).

No entanto, o marxismo não tem nada em comum com a caricatura bem conhecida que afirma que Marx e Engels "reduziu tudo à economia". Esse absurdo de patente foi respondido muitas vezes por Marx e Engels, como no seguinte excerto de carta de Engels (1987, p. 39) a Bloch:

Segundo a concepção materialista da história, o elemento determinante no final da história é a produção e reprodução da vida. Mais do que isso. Nem Marx, nem eu, afirmamos. Portanto, se alguém torce isso em dizer que o elemento econômico é o

único determinante, transforma aquela proposição numa frase sem sentido, abstrata e absurda.

O materialismo histórico não tem nada em comum com o fatalismo. Nosso destino não é predeterminado por leis econômicas, nem são homens e mulheres meros fantoches de cegas “forças históricas”. Mas também não são agentes inteiramente livre, capaz de moldar seu destino, independentemente das condições existentes impostas pelo nível de desenvolvimento econômico, ciência e técnica, que, em última análise, pode determinar se um sistema socioeconômico é viável ou não. Para citar Engels (2012, p. 154):

Os homens fazem sua história, quaisquer que sejam os rumos desta, ao perseguir cada qual seus fins próprios propostos conscientemente; e a resultante destas numerosas vontades, projetadas em diversas direções e de sua múltipla influência sobre o mundo exterior, é precisamente a história.

Assim, o marxismo de modo algum reduz a história à economia. Ele não elimina o fator subjetivo – a atividade consciente dos homens e mulheres, moldando seu próprio destino. Na verdade, Marx explicou que embora o desenvolvimento das forças produtivas fosse decisivo, em última análise, isso não significa que em toda a relação entre a base econômica e a “superestrutura” era automático e mecânico. Nem é um processo de uma maneira. A superestrutura da política, diplomacia, ideologia e até mesmo a religião, dialeticamente interage na base econômica e afeta o seu desenvolvimento.

Podemos reconhecer que a causa fundamental da crise financeira é a lógica do próprio capitalismo, que torna o capital motor da economia. E seu desenvolvimento – essencialmente, a acumulação – leva à maximização do lucro. Se a financeirização da economia favorece a taxa de lucro e se a especulação acelerou o fenômeno, a organização da economia como um todo continua dessa forma. Mas um mercado não regulamentado capitalista conduz inevitavelmente à crise. E, como indicado no relatório da Comissão das Nações Unidas, é uma crise macroeconômica. Essa política global de privatizações em massa, com a aplicação dos métodos muito bem relatados por Naomi Klein em seu conceituado livro A doutrina do choque.

Verificamos ainda que, para programar o propalado modelo de “Estado mínimo”, é preciso usar ao máximo a força do Estado, especialmente forças militares e policiais, para vencer as enormes resistências de grande parte da população. Ou seja, os defensores do “Estado mínimo” apelam para o Estado máximo para impor suas condições a toda à sociedade.

A partir dos postulados do neoliberalismo, entenderemos que o Estado só deverá manter-se afastado na hora da apropriação dos recursos gerados pelo conjunto da nação (para evitar que os mesmos caiam nas mãos erradas da maioria). Estes recursos devem sempre ficar à disposição dos grupos econômicos (especialmente os representantes do capital financeiro) que de fato comandam o Estado. A participação estatal na questão da distribuição da renda só será admitida (e, na verdade, exigida) quando o modelo entrar em crise e gerar situações que ponham em risco os interesses dos grupos econômicos dominantes.

Aí, sim, o Estado precisa desempenhar um papel de primeira linha e deve atuar para fazer com que o conjunto da sociedade assuma os custos da crise originada pelas ações especulativas daqueles que vinham se beneficiando do sistema.

Vários documentários que interpretaram a crise nos mostram em detalhes como se gestou a crise nos EUA, Islândia, Grécia etc. Também deixa muito claro que permanece plenamente em vigor a máxima do neoliberalismo econômico, a qual reza que: Todo lucro deve sagradamente ser apropriado de forma privada, e todos os prejuízos que surjam desse processo de apropriação devem necessariamente ser assumidos pelo conjunto da sociedade.

Em outras palavras podemos afirmar que, o neoliberalismo defende a ideologia “*robinhoodiana*” com sinal trocado: Tirar dos pobres para servir aos ricos.

Referências bibliográficas

- AMIM, Samir. *O desenvolvimento desigual: ensaio sobre as formações sociais do capitalismo periférico*. Rio de Janeiro: Forense, 1973.
- ANDERSON, Perry. Balanço do Neoliberalismo. In: SADER, Emir; GENTILE, Pablo (org.). *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995. p. 9-23.
- BENSAÏD, Daniel. *Marx, o intempestivo – grandezas e misérias de uma aventura crítica*. Civilização: Rio de Janeiro, 2005.
- CHESNAIS, François; BRUNHOFF, Suzanne de; DUMÉNIL, Gérard; LÉVY, Dominique; HUSSON, Michel. *A Finança Capitalista*. São Paulo: Alameda, 2010.
- CROCETTI, Zeno Soares. Geografia e Poder: a dialética do território. In: SALVI, Rosana Figueiredo; MARANDOLA JÚNIOR, Eduardo (org.). *Geografia e interfaces de conhecimento debates contemporâneos sobre ciência, cultura e ambiente*. Londrina: EDUEL, 2011. p. 229-252.
- DRUCKER, Peter. *Rumo à nova economia*. Rio de Janeiro: Elsevier/Campus, 2012.
- ENGELS. Carta para Joseph Bloch. In: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Cartas filosóficas & O manifesto comunista de 1848*. São Paulo, SP: Editora Moraes, 1987.
- _____. Ludwig Feuerbach e o fim da Filosofia Clássica Alemã. *Geminal: Marxismo e Educação em Debate*, Salvador, v. 4, n. 2, p. 131-166, dez. 2012. Disponível em: <<http://www.portalseer.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/9391/6829>>. Acesso em: 1º nov. 2015.
- FIORI, José Luís. *História, estratégia e desenvolvimento*. São Paulo: Boitempo, 2014.
- GRUZINSKI, Serge. *A águia e o dragão*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.
- HOBBSAWM, Eric J. *A Era do Capital 1848-1875*. São Paulo: Paz e Terra, 1989.
- HOLLOWAY, John. *Mudar o mundo sem tomar o poder*. São Paulo: Boitempo, 2003.

JOHNSON, Chalmers. *As aflições do Império*. Rio de Janeiro: Record, 2007.

KLEIN, Naomi. *A Doutrina do Choque*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

KONDRATIEFF, Nikolai D. *The Long Wave Cycle*. Londres: E P Dutton, 1984.

_____. *The Long Waves In Economic Life (1935)*. Londres: Kessinger Publishing, 2010.

LÊNIN, Vladimir Ilitch Ulianov. *O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia*. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

LOSURDO, Domenico. *A linguagem do Império*. Léxico da ideologia estadunidense. São Paulo: Boitempo, 2010.

MAMIGONIAN, Armen. Teorias sobre a industrialização brasileira. *Cadernos Geográficos*, Florianópolis: UFSC/CFH/GCN, n. 2, p. 1-37, maio 2000.

MARX, Karl. *Elementos Fundamentales para la Crítica de la Economía Política (Grundrisse) 1857-1858*. Volume I. 11. ed. Madrid: Siglo XXI, 1980.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *O Capital*. Volumes I, II e III. 3. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

PERKINS, John. *Confissões de um assassino econômico*. São Paulo: Cultrix, 2005.

RANGEL, Ignácio. *Ciclo, tecnologia e crescimento*. Rio de Janeiro: Civilização, 1982.

_____. *Dualidade básica da economia brasileira*. Rio de Janeiro: ISEB, 1957.

SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização*. Rio de Janeiro: Record, 2000.

_____. Sociedade e espaço: a formação social como teoria e como método. *Boletim Paulista de Geografia*, São Paulo, n. 54, p. 35-59, jun. 1977.

SCHUMPETER, Joseph A. *Business Cycles: a theoretical, historical and statistical analysis of the capitalist process*. Londres: Mc Graw and Hill, 1939.

_____. A Teoria do Desenvolvimento Econômico. São Paulo: Abril Cultural, 1984.

SMICK, David M. *O mundo é curvo*. Rio de Janeiro: Best Seller, 2009.

SOROS, George. *O novo paradigma para os mercados financeiros*. São Paulo: Agir, 2008.

WHEEN, Francis. *Como a picaretagem conquistou o mundo*. Rio de Janeiro: Record, 2007.

ŽIŽEK, Slavoj. *Primeiro como tragédia, depois como farsa*. 3. ed. São Paulo: Boitempo, 2013.

